

**A Riqueza  
Ocultas  
das Nações**

Gabriel Zucman

---

# A Riqueza Oculta das Nações

INQUÉRITO  
SOBRE OS  
PARAÍÇOS FISCAIS

TEMAS E DEBATES

Círculo de Leitores

## INTRODUÇÃO

# Agir contra os paraísos fiscais

**O**s paraísos fiscais estão no cerne da crise europeia, mas ninguém sabe como se há de atacá-los. Para uns, o combate está perdido de antemão. De Londres ao Delaware, de Hong Kong a Zurique, os centros *offshore* são engrenagens essenciais do capitalismo financeiro, utilizadas pelos ricos e pelos poderosos do mundo inteiro. Nada se pode fazer a respeito disso, garantem eles: certos países hão de sempre propor menos taxas e menos regras do que os seus vizinhos. O dinheiro há de sempre encontrar o seu porto seguro: se o atingirmos aqui, ele partirá para acolá. O capitalismo sem

paraíso fiscal é uma utopia, e a tributação progressiva dos rendimentos e das fortunas está destinada a desaparecer, a menos que se empenhe na via do protecionismo.

Para outros, a batalha está quase ganha. Graças à determinação dos governos e da OCDE, graças aos múltiplos escândalos e revelações, os paraísos fiscais não tardarão a agonizar. Sob as focinhadas dos grandes países que procuram novas receitas após a crise financeira, todos prometeram abandonar o sigilo bancário, e as multinacionais irão finalmente prestar contas e pagar o que é devido. É o triunfo da virtude.

Este livro inscreve-se em equilíbrio instável contra essas duas visões igualmente falsas. Dá conta de uma investigação inédita, cuja conclusão é esmagadora: os paraísos fiscais jamais deram tão bons resultados como hoje em dia. Presentes em toda a parte nos discursos, as «vitórias» não se encontram em parte alguma nos números. A impunidade é quase total para os defraudadores. Os compromissos recentemente aceites pelos paraísos fiscais são demasiado fluidos e os meios de fiscalização demasiado débeis para que se possa esperar alguma melhoria nos próximos anos.

Mas não é demasiado tarde para inverter o curso das coisas. A evasão fiscal dos mais afortunados e das grandes sociedades pode ser travada. Para aí chegarmos, este livro propõe um plano de ação concreto e realista, que se articula em torno de três eixos.

## As soluções existem

Antes de mais, uma dimensão operacional. A urgência número um – e uma das propostas centrais formuladas nesta obra – é criar um registo mundial dos títulos financeiros que indique nominalmente quem possui cada ação e cada obrigação. Trata-se de uma condição indispensável para poder taxar as fortunas do século XXI.

Será uma utopia? Já existe um registo desse tipo na Suécia; outros, mais parcelares, são mantidos por sociedades privadas, como o banco luxemburguês Clearstream. O objetivo é simplesmente fundi-los, alargar-lhes o âmbito, e transferir a propriedade deles para os Estados. Em 1791, durante a Revolução Francesa, a Assembleia Constituinte criou o cadastro da França para recensear todas as propriedades imobiliárias, determinar-lhes o valor, e abolir assim os privilégios que minavam o Antigo Regime – a não tributação da nobreza e do clero. Hoje em dia é preciso criar o cadastro financeiro do mundo para pôr fim às injustiças que, caso contrário, a prazo arriscam minar os regimes democráticos.

Para funcionar, esse cadastro financeiro deve ser acompanhado por uma troca automática de informações entre os países. Desde há décadas que os bancos franceses fornecem ao fisco todas as informações de que dispõem sobre os rendimentos auferidos pelos seus clientes. Essas informações alimentam as nossas declarações de impostos pré-preenchidas, impossibi-

litando a fraude por intermédio de bancos franceses. A segunda urgência é pois estender esse sistema aos bancos situados nos paraísos fiscais. Sozinho, o intercâmbio internacional e automatizado de dados arrisca-se a tropeçar na opacidade financeira. Mas, apoiado no cadastro financeiro do mundo, impedirá a fraude maciça dos ultrarricos.

Nada se opõe a isso, a não ser a vontade dos paraísos fiscais em defenderem o segredo bancário que é a causa da sua prosperidade. É por isso que a segunda dimensão do plano de ação que eu proponho é política: os paraísos fiscais não vergarão senão sob a ameaça de sanções. Pela primeira vez, esta obra revela as ligações de países capazes de pô-los em xeque, bem como a natureza das sanções a impor.

A França sozinha não pode fazer grande coisa. Qualquer que seja a sua função, não são os apelos à transparência, nem novas leis, nem um aumento de funcionários que farão vergar a Suíça ou Singapura. Apenas conta verdadeiramente a relação de força internacional. A boa notícia é que esta é profundamente desfavorável aos paraísos fiscais: nenhum território se pode opor à vontade comum dos Estados Unidos e dos grandes países da União Europeia. O combate pode portanto ser ganho, na condição de que seja efetuado em boa escala e de que os governos não tenham medo de aplicar sanções proporcionais às perdas que sofram.

Os cálculos apresentados neste livro mostram que a França, a Alemanha e a Itália podem obrigar a Suíça a abandonar a sua prática de segredo bancário se

conjuntamente impuserem direitos aduaneiros de 30% sobre os bens que importam da confederação helvética, pois os custos desta última ultrapassariam então os rendimentos que os seus bancos obtêm da evasão. Para os microestados que vivem da opacidade financeira (como o Luxemburgo), será preciso ir mais longe, até medidas de quase embargo financeiro (e porventura até à exclusão da União Europeia para o grão-ducado). Os paraísos fiscais poderão muito bem ser uns gigantes financeiros, mas no seu conjunto são uns anões económicos e políticos – as Baamas ou Jersey muito mais ainda do que a Suíça. Todos dependem enormemente do seu comércio. É essa a fraqueza deles; é por aí que se deve constrangê-los.

Precisemos desde já que não existe nenhuma razão para que a Organização Mundial do Comércio se oponha às tarifas alfandegárias que eu proponho, muito pelo contrário. Portanto, estas correspondem àquilo que o segredo bancário custa aos países estrangeiros. Ora o segredo bancário não é mais do que uma forma disfarçada de subvenção que oferece aos bancos *offshore* a possibilidade de espoliarem os governos vizinhos. Na lógica da livre-troca, nada justifica um tal roubo. Segundo as próprias regras da Organização Mundial do Comércio, os países que sejam vítimas disso têm o direito de impor represálias equivalentes ao prejuízo que hajam sofrido. Se nunca o fizeram, foi porque até agora não tinham nenhum meio de calcular as perdas que lhes são infligidas pelos paraísos fiscais. Ao quantificar pela primeira vez de uma maneira transparente

o custo do segredo bancário, esta obra abre portanto caminho a sanções legais contra os países que vivem da dissimulação financeira. Os paraísos fiscais podem ser vencidos, não pelo encerramento das fronteiras, mas ao pôr-se as questões fiscais no cerne das políticas comerciais.

O plano de ação tem, enfim, uma dimensão propriamente económica. Mesmo que o segredo bancário desaparecesse por inteiro, há bons motivos para reacear que a injustiça fiscal perdurasse, pois os mais afortunados dispõem de numerosos outros meios legais e ilegais de pagarem poucos impostos, e as multinacionais manipulam os seus lucros para os fazerem aparecer nos locais em que não são taxados. Os paraísos fiscais forçam-nos pois a repensar a tributação do capital.

A solução passa pela criação de um imposto global progressivo sobre as fortunas. Esta obra propõe soluções concretas para que nos aproximemos dele. Se os governos abandonaram a ambição de taxar a riqueza, foi porque temem que ela se esconda. Ora tal risco pode ser neutralizado. O cadastro financeiro mundial que este livro propõe instaurar é uma arma imparável contra a dissimulação. O Fundo Monetário Internacional dispõe de meios técnicos para o criar a breve prazo. Uma vez instaurado, o cadastro permitirá a cobrança de um imposto sobre o capital que ponha um ponto final à evasão dos ultrarricos. Com o desaparecimento da opacidade financeira, os Estados recuperarão assim a soberania que os paraísos fiscais lhes furtaram e, com ela, os meios de agirem contra a explosão das desigualdades<sup>1</sup>.



A solução passa seguidamente por uma reforma radical do imposto sobre as sociedades. Este está nas últimas, e não serão os remendos recentemente preconizados pela OCDE que mudarão o que quer que seja. O imposto sobre as sociedades do século XXI deve taxar os lucros globais das multinacionais e não, como hoje em dia, os seus lucros país a país, pois estes últimos são manipulados por exércitos de peritos em contabilidade. O novo imposto renderia no plano mundial mais 30% que o antigo, essencialmente em proveito dos grandes países da Europa e dos Estados Unidos, onde os reis da otimização fiscal, as Googles, Apples e Amazons, fazem o essencial das suas vendas mas nada pagam, ou quase.

Os três aspetos do plano de ação proposto nesta obra formam um todo. Sem ameaças e sanções, o cadastro financeiro do mundo e a troca automática de informações são uns nados-mortos. Na ausência desses meios de fiscalização, os atores da dissimulação fiscal têm todas as possibilidades de reduzirem a nada a tributação do capital. E quando eles aí chegarem, será a vontade política de lutar contra a opacidade financeira que desaparecerá, pois então os governos já nem sequer verão o interesse de avaliar bem as fortunas e os lucros das sociedades.

## **O custo dos paraísos fiscais**

---

Como se vê, a luta contra os paraísos fiscais necessita de uma mobilização excecional. O jogo valerá tal parada? Este plano de ação tem seguramen-

te um custo. Será preciso renegociar numerosos tratados internacionais, adquirir novos computadores para tratar os dados trocados pelos bancos *offshore*. Haverá sem dúvida represálias por parte dos micro-estados que vivem do segredo bancário – aqueles para os quais as sanções deverão ser mais violentas. E porventura tensões com as maiores praças, a Suíça, Hong Kong ou Singapura, que não gostam de ser apontados a dedo.

Mas esses custos devem ser comparados aos do *statu quo*. E a realidade é que estes são exorbitantes. Senão, veja-se: no decurso dos últimos cinco anos apenas, na Irlanda e em Chipre, dois centros *offshore* com sistemas financeiros hipertrofiados, os bancos foram à falência, mergulhando milhões de habitantes na miséria; nos Estados Unidos, o Congresso demonstrou que uma das maiores empresas do planeta, a Apple, evitara dezenas de milhares de milhões de impostos ao manipular os seus lucros; em França, o ministro das Finanças teve de demitir-se porque havia defraudado o fisco durante vinte anos usando as suas contas ocultas; em Espanha, o antigo tesoureiro do partido no poder dorme na prisão desde que revelou um sistema de financiamento oculto por intermédio de contas na Suíça. Os paraísos fiscais estiveram no cerne da crise financeira, orçamental e democrática. O plano que eu proponho é equilibrado. O que é irresponsável é aceitar o *statu quo*.

A fim de quantificar o custo global dos paraísos fiscais, empreendi um inquérito económico aprofundado. Para o conduzir, mobilizei o conjunto das fontes dispo-

níveis sobre os investimentos internacionais dos países, as balanças de pagamentos, os balanços dos bancos e as suas posições fora do balanço, a fortuna e o rendimento das nações, as contas das sociedades multinacionais e os arquivos das instituições suíças. Grande parte dessas estatísticas nunca havia sido utilizada anteriormente, e é a primeira vez que todas essas informações são reunidas, confrontadas e analisadas com um mesmo objetivo: expor à luz do dia as derivas da finança da sombra.

Estas estatísticas têm numerosas imperfeições, e os resultados do meu inquérito são portanto tudo menos definitivos. O nosso sistema de medição da atividade financeira mundial é gravemente defeituoso em muitos aspetos. Mas isso não é razão para não o utilizar. Antes de mais porque, mau grado os seus limites, os dados disponíveis fornecem um esclarecimento insubstituível sobre a atividade dos paraísos fiscais. E, sobretudo, porque sem uma avaliação quantitativa da dimensão da fraude não existe nenhum progresso que possa ser considerado. Somente com base numa tal avaliação, ainda que imperfeita, é possível impor sanções e seguir a realidade dos progressos na luta contra este flagelo, independentemente da propaganda difundida por uns e por outros.

No caso presente, tudo mostra que, contrariamente aos discursos dos governos e dos banqueiros, a evasão fiscal decorre às mil maravilhas. À escala mundial, 8% do património financeiro das famílias está nos paraísos fiscais, o que é um recorde histórico. Para a União Eu-

ropeia, a fração é ainda mais elevada, aproximando-se dos 12%. Os cálculos apresentados neste livro revelam que os franceses têm perto de 350 mil milhões de euros *offshore*, metade dos quais na Suíça. Sem a evasão fiscal maciça permitida pelo segredo bancário, a dívida pública da França não atingiria, como hoje sucede, 94% do PIB, mas sim 70%, o nível anterior à crise financeira. Taxar a atual provisão de fortunas dissimuladas para apurar as fraudes passadas permitiria reduzir a dívida a esse nível. Não poria fim a todos os problemas da França, mas afrouxaria consideravelmente o aperto orçamental e permitiria inverter a espiral da austeridade.

## O poder simbólico da finança

Além da demonstração e do plano de ação, este livro visa desmitificar a atividade dos paraísos fiscais. Fazendo fé na maioria dos comentadores, as montagens que ali são realizadas rivalizam em complexidade. Diante de tanta virtuosidade, os cidadãos estão desarmados, os velhos Estados-nação estão impotentes, os próprios peritos estão ultrapassados. Geralmente a conclusão é que é impossível voltar a ter qualquer domínio sobre isto. Eis o poder simbólico da finança, poder reforçado pelos últimos governos que, ao proclamarem dia após dia novas «vitórias» baseadas em planos ociosos e portanto ineficazes, fortificaram o mito que pretendiam abater.